



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Nº 23.745/CS

HABEAS CORPUS Nº 130.173 – SÃO PAULO

PACTE.(S): RITA DE CÁSSIA REIS DOS SANTOS LEÃO
IMPTE.(S): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROC.(A/S)(ES): DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPDO.(A/S): RELATOR DO HC Nº 332.496 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
RELATORA: MINISTRA ROSA WEBER

HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO TENTADO. EXCESSO DE PRAZO. REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA ABSOLUTÓRIA NA AÇÃO PRINCIPAL COM EXPEDIÇÃO DE ALVARÁ DE SOLTURA. PREJUDICIALIDADE DO MANDAMUS.

1. Trata-se de *habeas corpus* impetrado em benefício de Rita de Cássia Reis dos Santos Leitão contra decisão monocrática proferida pelo Relator do HC nº 332.496/SP, do Superior Tribunal de Justiça, que indeferiu liminarmente o *mandamus*.
2. A Defesa pleiteia a superação da Súmula 691/STF e no mérito sustenta a ilegalidade da custódia cautelar, ante o excesso de prazo para o desfecho da ação penal na origem. Aduz, ainda, falta de fundamentação da decisão constritiva e ausência dos pressupostos do art. 312 do CPP, pretendendo a revogação da prisão preventiva da paciente.
3. O presente *habeas corpus* está prejudicado.
4. Em consulta *site* do Tribunal de Justiça de São Paulo constatou-se que em 06/10/2015 a paciente foi submetida a julgamento pelo Tribunal de Júri da Comarca de Limeira, sendo absolvida, por maioria, da imputação

prevista no art. 121, § 2º, III e IV c/c art. 14, II, ambos do Código Penal, com base no art. 386, VII, do CPP (insuficiência de provas para a condenação), determinando-se a expedição de alvará de soltura (apn nº0023832-58.2012.8.26.0320).

5. Diante disto, manifesta-se o Ministério Público Federal pela prejudicialidade do *mandamus*, em razão da perda de seu objeto.

Brasília, 15 de outubro de 2015

CLÁUDIA SAMPAIO MARQUES
Subprocuradora-Geral da República